

OS SABERES TRADICIONAIS NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

EVA MARIA DUTRA PINHEIRO¹;

LORI ALTMANN³

ROSANE APARECIDA RUBERT³

¹UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – evamdpinheiro@gmail.com

³UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – lori.altmann@yahoo.com

³UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - rosru@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta aspectos de minha caminhada acadêmica e profissional, apresentando a seguir meu projeto de pesquisa para dissertação de Mestrado em Antropologia, que tem como título provisório: “Os saberes tradicionais no contexto das políticas públicas”. O tema foi escolhido em razão de meu trabalho de assessoria com oito comunidades quilombolas e duas comunidades de remanescentes indígenas e participação no Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e direitos culturais em comunidades quilombolas e indígenas”, desenvolvido no município de Piratini/RS. Este Projeto é coordenado pela Profa. Dra. Rosane Aparecida Rubert, tem a participação da Profa. Dra. Lori Altmann e de estudantes de graduação de vários cursos da UFPel.

Na pesquisa para o mestrado proponho-me a, junto com as comunidades tradicionais, reunir e registrar seus saberes, e identificar como estes podem potencializar a participação destes coletivos na elaboração e implementação de políticas públicas específicas.

As comunidades escolhidas para campo desta pesquisa localizam-se uma no Bairro Cancelão, distante 10 km da sede do município de Piratini/RS, denominada “Comunidade Quilombola Nicanor da Luz” e a outra na zona rural, 3º Distrito, distante 100 km desta cidade, composta por remanescentes indígenas organizados na “Associação Heróis do Camaquã”, no local denominado Costa do Bica, próximo ao rio Camaquã.

Percebo que estudar os saberes de comunidades tradicionais, significa compreender o “papel da cultura na vida humana, na construção da vida coletiva” (GEERTZ, 1978, p.38). Conforme ainda esse autor, é tentar analisar as formas simbólicas ligadas aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas do mundo público, da vida comum e organizá-la de tal forma que as conexões entre as formulações teóricas e as interpretações descritivas não sejam obscurecidas.

Por esta razão, SILVA e MELO (2000, p.3), falam da importância da participação das pessoas que serão contempladas pela implementação de políticas públicas, sobretudo as de caráter específico, pois sem elas, programas como os da área social tendem a ter pouca legitimidade e baixa sustentabilidade.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza o método etnográfico, a partir da observação participante e está sendo realizada em uma comunidade quilombola e uma remanescente indígena, com as quais convivo há vários anos através de um trabalho de assessoria na sua organização. A elaboração do tema se deu a partir

daí, tomando como base MALINOWSKI (1975, p.13), que a considera como um exercício no qual o/a pesquisador/a está numa relação face a face com os coletivos observados, colhendo dados e se tornando parte do contexto em estudo.

De acordo com GEERTZ (1978), a pesquisa etnográfica proporciona o posicionamento do pesquisador e permite uma compreensão da interpretação que os nativos têm de suas interpretações. É uma descrição densa que serve para “traçar a curva do discurso social: fixá-lo numa forma inspecionável” (1978, p. 13). Segundo este autor a descrição etnográfica é formada pela interpretação do discurso e o registro deste relato “... é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” (1978, p. 15).

A revisão bibliográfica sobre comunidades indígenas e quilombolas, sobre a temática das políticas públicas e as discussões teóricas pertinentes já tiveram início, mas terão continuidade nos próximos dois semestres.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos espaços em que se encontram as comunidades quilombolas e de remanescentes de indígenas de Piratini\RS a serem estudadas, percebo a existência de fortes laços familiares ou de vizinhança. Todos fazem parte de uma organização social, que atua de forma a proteger as famílias que dela fazem parte, seja quando falta alimento, no adoecimento ou no enfrentamento de situações de carência econômica etc. Existe uma obrigação ética envolvida na circulação de dons, favores e serviços no interior dessas comunidades. À semelhança do que MAUSS (2003, p.197) escreveu em seu artigo “Ensaio sobre a dádiva”, percebi, entre as comunidades nas quais participei da organização formal como comunidades quilombolas e/ou como associação, a circulação de favores, dons, serviços e objetos.

MALINOWSKI (1975, p.13) faz referência a uma visão de humanidade que considera estas pessoas, como seres plenos de significados e, eu diria, com uma grande potencialidade em sua especificidade e diversidade cultural. Na observação direta o comportamento destas comunidades aparece como uma ação coerente e integrada.

Nas comunidades tradicionais escolhidas para a pesquisa de campo percebo um jeito muito particular de ser, tanto em sua relação com a natureza, quanto em relação à ideia do cuidado da vida, que são ambos muito presentes. O plantio de alimentos é feito levando em consideração as fases da lua e o preparo da terra para o cultivo é realizado de forma manual e com ferramentas simples. Para a cura de doenças, utilizam principalmente “ervas de chás” nativos da região.

Na “Comunidade Quilombola Nicanor da Luz” (urbana) há um terreiro que tem como Cacique uma mulher: “Tia Santa”. Além das benzeduras que realiza esta senhora busca preservar as tradições familiares, para que não se esqueça a sua história. Neste sentido, são reunidas as crianças para que sejam passadas a elas os saberes que foram trazidos de seus antepassados, para que estas memórias não se percam no tempo. Carrega consigo uma valorosa experiência cultural manifestada através de suas práticas religiosas, no uso das “ervas de chá”, na realização do “terço cantado” e das “Festas Populares” como a de Nossa Senhora Aparecida, que empresta o nome ao terreiro localizado na comunidade.

BASTIDE (1974, p. 26) escreve que os navios negreiros que transportaram homens e mulheres negros/as para o Brasil transportaram também, seus deuses,

crenças e folclore. Com o passar do tempo, a escravidão destruiu pouco a pouco as culturas trazidas por estas pessoas do continente africano.

SILVA (2010, p. 22) menciona que em documentos oficiais, consta que o povoamento de Piratini teve inicio em 1789, por quarenta e oito casais açorianos. A região, contudo, não era desabitada. Ali vivia o povo guarani que mais tarde deslocou-se para os locais denominados Paredão e Costa do Bica.

Em Costa do Bica foi constituída a “Associação Heróis do Camaquã”, que agrupa moradores das duas localidades acima, com Seu Ivo como presidente. Os adultos, acima dos cinquenta anos não possuem escolarização. Cultivam hábitos culturais transmitidos de seus antepassados, que procuram transmitir para as novas gerações. Vivem da agricultura de subsistência com base na crença do respeito às fases da lua e ao eclipse para uma boa colheita de alimentos. É neste cenário “que os costumes e as crenças de um povo adquirem plenitude de significados” (MALINOWSKI, 1975, p. 6).

Homens, jovens e adultos, em períodos de safra, trabalham nas granjas em Santa Vitória do Palmar, nas lavouras de arroz e no trabalho sazonal na colheita de pêssego e de maçã, para adquirir renda extra. As mulheres ficam cuidando de plantações, animais, casa e filhos/as. É a luta pela sobrevivência que se forja entre as mazelas impostas pela sociedade, em especial a silvicultura com seu impacto deletério na quantidade e qualidade da água disponível e na interferência sobre a agricultura tradicional, alterando o sabor de tubérculos e raízes. Outra mazela que se avizinha é a mineração no rio Camaquã e todos os riscos associados. Contudo de acordo com VERGARA (1997, p. 127) “os moradores de Paredão se valem de estratégias de sobrevivência, provocadas pelo desejo de permanecer no seu lugar de origem”.

A partir da contribuição de SILVA e MELO (2000, p.3), considero que é importante conhecer a realidade ou as demandas apontadas pelos grupos “beneficiários” dos programas governamentais, pois “problemas não antecipados que surgem durante a implementação de políticas públicas podem representar obstáculos significativos, os quais, por sua vez, podem causar a sua descontinuação”. Observei isso em políticas voltadas para territorialidade, educação, saúde e habitação, que pretendo desenvolver no decorrer da pesquisa.

A pesquisa propriamente dita está em sua fase inicial e sua intensificação ocorrerá após a conclusão das disciplinas do mestrado. Meu trabalho há vários anos como assessora na organização das comunidades quilombolas e minha participação no projeto de extensão, acima mencionado, possibilitou-me a antecipação de alguns dados e uma maior familiaridade e inserção com as comunidades tradicionais selecionadas para a pesquisa da dissertação.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou estabelecer relações entre a teoria, as minhas experiências de vida e das comunidades quilombolas e remanescentes indígenas, universo deste estudo. A escolha do tema para a construção deste artigo está vinculada à minha história familiar, trajetória acadêmica e profissional como já apontado na introdução. Esta realidade me coloca muito próxima das comunidades em estudo. O fato de ter entrado no Mestrado através de Ações Afirmativas, pautadas por uma reparação histórica com o povo negro, aumenta meu compromisso social e político com as comunidades quilombolas e indígenas.

Em minha observação, durante visitas ou reuniões, percebi que as condições de vida encontradas na comunidade de remanescentes indígenas

denuncia um processo de expropriação vivenciado pelas famílias e presente em suas narrativas de um passado de abundância nas lavouras (feijão) e no rio Camaquã (pesca). A associação tem sido uma das ferramentas construídas por elas para lutar contra o descaso e a opressão sofridas, a partir da qual passam a assumir sua condição de pessoas cidadãs e sujeitas de direitos.

Não menos preocupante, porém, são as condições de vida das comunidades quilombolas do meio rural. Aquelas que se encontram na cidade, passam pela experiência do desemprego. Cedo os/as jovens abandonam a escola para trabalhar nas empresas de reflorestamento ou no período de safra na colheita de maçãs ou pêssegos, num trabalho sazonal e sem direitos trabalhistas.

Partindo destes pressupostos, tenho como objetivo identificar as potencialidades (em especial os saberes tradicionais e as relações recíprocas) e as situações de vulnerabilidade presentes nas comunidades tradicionais de Piratini. A ideia é, juntamente com as famílias, buscar sua participação na elaboração e no acesso às políticas públicas, a partir de uma reflexão com o poder público, que explice as reais demandas das comunidades, para a redução da situação de exclusão em que se encontram.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. **As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

Decreto 6040\2007 de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação/94949-6040-07>

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura” In: **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

SILVA, Darlene Rosa da. **Aspectos socioeconômicos e de (não)escolaridade dos moradores do Paredão e da Costa Bica** (Piratini, RS). 2010, 150f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

SILVA, Pedro Luiz Barros Silva; MELO, Marcus André Barreto de. **O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil:** Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. UNICAMP/NEPP: São Paulo, 2000.

VERGARA, Miguel Arturo Chamorro. **Cotidiano e Memória na Cidade de Piratini – RS.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Porto Alegre: UFRGS, dezembro de 1997.